

BOLETIM 21

Brasília, 1º de dezembro de 2015

Sindicalistas e empresários apontam caminhos para retomar crescimento

Um documento com sete diretrizes para a retomada do crescimento econômico foi finalizado nesta segunda-feira (30), durante reunião na sede do Dieese, em São Paulo, e será divulgado na próxima quinta-feira (3) por representantes de centrais sindicais e entidades empresariais, durante encontro em um centro de eventos na Liberdade, região central da capital paulista, a partir das 10h. O evento é denominado "Compromisso pelo Desenvolvimento".

O texto fala em retomada de investimentos, públicos e privados, especialmente no setor de infraestrutura, maior oferta de crédito para consumo e capital de giro e, especialmente, apoio ao setor de construção. Há uma preocupação com a interrupção de atividades de empresas envolvidas na Operação Lava Jato e com o efeito dessa paralisa na atividade econômica e sobre o emprego.

As centrais defendem medidas para que essas companhias possam continuar atuando e firmando contratos com o poder público, enquanto as investigações prosseguem na área criminal. Nesse sentido, os chamados acordos

de leniência são uma das alternativas propostas no documento.

O Dieese e as centrais apontam riscos de, mantido o atual cenário, a crise atingir também o sistema financeiro, à medida que os bancos financiaram negócios dessas companhias. Além disso, com 2015 já comprometido, é preciso tentar buscar ao menos um princípio de recuperação no ano que vem, em meio a uma crise generalizada de confiança, que contribui para travar os investimentos. "A ideia é atuar na reversão dessas expectativas e procurar uma retomada mais rápida", observa o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio.

Participam das discussões Nova Central (NCST), CSB, CTB, CUT, Força Sindical, e UGT. Pelo lado dos empresários, devem assinar o documento entidades como Abimaq (máquinas e equipamentos), Abiquim (setor químico), Abit (têxtil), Sinicom (sindicato nacional da construção pesada), Anfavea (montadoras), Sindipeças (autopeças) e Fenabreve (revendedoras), entre outras.



Mazinho na reunião com as Centrais Sindicais



Na penúltima reunião das Centrais Sindicais com o DIEESE, o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, representou a NCST, da qual é vice-presidente, ocasião em que apresentou um diagnóstico da situação de desemprego no país, especialmente na construção civil, e defendeu um “entendimento entre o setor laboral e o empresarial para o país retomar, rapidamente, o crescimento econômico e a empregabilidade”.

*Fonte: Rede Brasil Atual/Comunicação
CONTRICOM*

Comissão Especial Sobre Financiamento Sindical realiza Audiência em SP

Sindicalistas da (Nova Central, Força Sindical, UGT, CGTB e CSB) debateram financiamento sindical em audiência pública realizada segunda-feira (30/11) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). O evento foi coordenado pelo Deputado Federal e presidente da Comissão Especial, Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força SDD/SP). Ele reiterou que o objetivo da comissão é elaborar um projeto de lei que resolva, em definitivo, a regulamentação das contribuições aos sindicatos.

“Acredito que poderemos formular uma lei, que tenha a aprovação dos trabalhadores e que visa garantir o aumento da representatividade e poder do movimento sindical”, declara o deputado Paulo Pereira da

Silva, Paulinho da Força, (Solidariedade-SP), presidente da comissão.

O presidente da Nova Central, José Calixto Ramos disse que esta iniciativa de ouvir todos os interessados, só enriquecerá o debate sobre um tema delicado e divergente. “Ao ver este plenário lotado de sindicalistas de diversas categorias, saio satisfeito. Isso mostra que a responsabilidade das Centrais Sindicais, das Confederações, Federações e Sindicatos aumentam no sentido de se trabalhar uma proposta que possa contemplar os anseios de todos”, alertou.

Com um exemplar da Constituição Federal na mão, Calixto leu o Artigo 8º que diz ser livre a associação profissional ou sindical;

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

Fonte: NCST



IPEA: desigualdade social elevada dificilmente será revertida até 2023

O diretor de pesquisa e análise de informação do Ministério da Justiça, Rogério Carneiro, disse que é preciso avaliar as ações por sua efetividade no curto, médio e longo prazo e dividir em prevenção social as mais qualificadas.

- Por isso, o Ministério da Justiça está buscando parcerias com outros ministérios da área social, a fim de definir as ações de prevenção. Elas têm resultados a médio e longo prazos, são mais eficientes, duradouras e mais estruturantes. Como o trabalho coloca, talvez não se consiga atingir todas até 2023, como, por exemplo, acabar com a desigualdade social - ressaltou.

O estudo reforça a urgência de se avançar na política de segurança pública.

- Isso, tendo em vista os riscos da situação se agravar, seja para um estado de violência endêmica, seja para um Estado policial - Rogério Carneiro. Segundo ele, a análise das tendências, das incertezas e dos principais atores de segurança pública e suas estratégias levaram a quatro cenários fictícios: de prevenção social, de violência endêmica, de repressão autoritária e de repressão qualificada.

O estudo mostra que certas decisões podem contribuir para um futuro indesejável.

- A opção por uma política mais repressiva, punitiva e encarceradora pode reduzir a nossa liberdade e aumentar a exclusão, sem reduzir as taxas de criminalidade. A repressão direcionada para as camadas populacionais mais vulneráveis socioeconomicamente cria um sentimento

generalizado de injustiça, que acaba por esgarçar os vínculos sociais e apartar a polícia das comunidades.

Segundo a publicação, a melhoria da governança passa pela política de segurança pública, que precisa coordenar e integrar melhor as medidas de prevenção e repressão. Também passa pelo estabelecimento de pactos entre os órgãos dos três poderes na coordenação de ações - hoje realizadas isoladamente no sistema de Justiça criminal - e pela estruturação dos órgãos de segurança pública e envolvimento da sociedade.

O livro está disponível apenas em formato digital no site do Ipea. Os ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão foram parceiros na realização do projeto.

Fonte: Agência Brasil

Dieese: salário de contratado representa 87,7% do demitido

Uma pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), publicada nesta semana, mostra os trabalhadores que entraram para trabalhar em uma empresa, com carteira assinada, em outubro, receberam em média 87,7% do salário pago aquele demitido.

A diferença foi calculada com base nas informações fornecidas pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, superando a de 2009 quando estourou a crise internacional. Naquela



época a diferença no salário estava em 88,7% do que fora desligado. O valor médio pago aos admitidos em outubro deste ano foi R\$ 1.274,85, enquanto os demitidos recebiam R\$ 1.453,09.

O coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, explica que nesses períodos de recessão, piora do mercado de trabalho, aumento do desemprego, diminuição da demanda por mão de obra, e, ao mesmo tempo, aumento da oferta de mão de obra, com redução do poder de negociação dos sindicatos, os salários e os empregos, ou seja, os trabalhadores, são as maiores vítimas.

Por isso, ele aponta que há achatamento dos salários: De janeiro a outubro deste ano, foram extintos 687,8 mil empregos na faixa entre 1,51 e 3 salários mínimos mensais, enquanto foram criados 189,6 mil empregos com remuneração até 1,5. Na faixa de salários maiores, de 5 mínimos, a situação é também ruim; o país fechou 177,6 mil vagas com salários nessa faixa.

Fonte: DIEESE

FGV diz que confiança da indústria volta a cair no mês de novembro

O índice que mede a confiança dos empresários da indústria apresentou recuo em novembro, na comparação com outubro, informou nesta segunda-feira (30) o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) caiu de 76,2 pontos para 74,8 pontos.

O indicador havia atingido o patamar mínimo histórico em agosto e iniciado uma recuperação nos dois meses seguintes.

Para a FGV, o resultado mostra que o ambiente de negócios "continua desfavorável" e "difícilmente observará uma melhora contínua" enquanto não ocorrer uma reação mais expressiva da demanda interna.

A queda na confiança se concentrou na piora das expectativas, já que o Índice da Situação Atual ficou estável.

Entre os 19 principais segmentos da indústria, 12 tiveram queda no ICI.

Segundo a pesquisa, a queda do Índice de Expectativas teve grande influência da retração das expectativas do setor em relação a evolução da produção nos próximos três meses.

Entre outubro e novembro, esse indicador caiu de 82,5 para 76,6 pontos.

Já a estabilidade da situação atual pode ser explicada por uma piora na avaliação dos negócios combinada com uma melhora na percepção sobre a demanda, além da manutenção do nível de estoques.

Fonte: Agência Brasil



Foto: Celso Magalhães

Paim destaca alto número de acidentes de trabalho

O senador Paulo Paim (PT-RS) *(foto)* lembrou nesta segunda-feira (29), em Plenário, a passagem do Dia do Engenheiro e do Técnico de Segurança do Trabalho, comemorado em 27 de novembro. Ele salientou a importância desses profissionais para assegurar um ambiente seguro no local de trabalho, evitando acidentes que deixam sequelas ou provocam até mesmo a morte.

Paim, que já foi integrante de comissão interna de prevenção de acidentes de trabalho, disse conhecer de perto os potenciais prejuízos que podem ser gerados quando os trabalhadores atuam em ambientes inadequados.

Ele comparou dados de 2014, quando 3 mil trabalhadores morreram em decorrência de acidentes do trabalho no Brasil, enquanto que, no mesmo ano, 2.300 pessoas perderam suas vidas nos conflitos envolvendo israelenses e palestinos, no Oriente Médio.

— De 2007 a 2013, de acordo com a Previdência Social, ocorreram mais de 5 milhões de casos no Brasil. Por causa deles, quase 100 mil

trabalhadores ficaram incapacitados de modo permanente, enquanto mais de 19 mil perderam a vida. Nesse período, a cada ano, aconteceram 750 mil acidentes. E a cada três horas, um trabalhador morre por acidente de trabalho no Brasil — afirmou.

O senador questionou o reduzido número de fiscais do trabalho. De acordo com ele, hoje atuam 2.800 profissionais, que devem fiscalizar um universo que contempla 95 milhões de trabalhadores. O ideal, acrescentou, é que haja entre 5 mil e 10 mil fiscais.

Paim sugeriu uma atuação mais coesa entre os diversos órgãos do governo para gerar mais bem-estar aos trabalhadores e criticou o financiamento de empresas com dinheiro público, sem a exigência de garantias para a segurança dos empregados. E isso, na sua opinião, estimula a ocorrência de acidentes.

Ele ainda alertou que a terceirização de mão-de-obra pode aumentar o número de trabalhadores acidentados. Segundo o senador, isso acontece porque as empresas que oferecem prestadores de serviços não capacitam adequadamente esses profissionais.

Fonte: Agência Senado

Ministro do Trabalho apresenta balanço do PPE em Porto Alegre

O ministro do Trabalho e Previdência Social (MTPS), Miguel Rosseto, apresenta nesta terça-feira (1º) a trabalhadores e empresários gaúchos o balanço do Programa de Proteção ao Emprego



(PPE). O encontro será na Sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), às 9h.

O ministro vai visitar cinco estados para apresentar o balanço do programa. A primeira apresentação ocorreu na última sexta-feira (27) em São Bernardo do Campo/SP e as próximas estão programadas para Rio de Janeiro (7/12), Minas Gerais (10/12) e Bahia (11/12).

Às 11h, no Shopping Bourbon Wallig, o ministro também participa da I Feira de Aprendizagem Profissional do Rio Grande do Sul. A feira busca estimular a inserção de aprendizes em empresas e promover a Lei da Aprendizagem.

Serviço: Apresentação do balanço do PPE
Data: 1º de dezembro (terça-feira)
Horário: 9h
Local: Sede da FIERGS – Av. Assis Brasil, nº 8787, Térreo, Bairro Sarandi – Porto Alegre

I Feira de Aprendizagem Profissional do Rio Grande do Sul
Data: 1º de dezembro (terça-feira)
Horário: 11h
Local: Shopping Bourbon Wallig – Av. Assis Brasil, nº 2611 – Porto Alegre

Fonte: MTPS

Governo já investiu R\$ 95,6 milhões no PPE

O governo federal já investiu este ano mais de R\$ 95,6 milhões no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), beneficiando 43.086 trabalhadores. Os dados foram divulgados sexta-feira (27) pelo ministro do Trabalho e Previdência

Social, Miguel Rosseto, em apresentação no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Desses trabalhadores, 24,5 mil são da base do sindicato paulista. Entre as fábricas que ingressaram no PPE estão as montadoras Volkswagen, Ford e Mercedes-Benz.

A lei do PPE foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 19 deste mês. O programa prevê a possibilidade de redução temporária da jornada de trabalho e dos salários em até 30%, com complementação pelo Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) de metade da redução salarial.

No total, 80 empresas aderiram ao programa, sendo 27 do setor automobilístico, seguido pelos setores fabril (19) e metalúrgico (17). O ministro informou ainda que o investimento de outros R\$ 25 milhões estão em análise.

Rosseto informou que as mudanças do Congresso Nacional melhoraram a proposta inicial do governo. Ele citou como exemplo a simplificação para adesão de pequenas empresas.

“Além de criar condições para que o Brasil volte a crescer, queremos ter programas que preservem esse emprego e que todo empresariado, antes de demitir, conheça o PPE e preserve o emprego do povo trabalhador.”

De acordo com o ministro, o PPE é válido para todos os setores da economia e para empresas de qualquer tamanho. Segundo ele, o prazo de adesão ao programa foi estendido até dezembro de 2016 e deve ser extinto em dezembro de 2017.

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques destacou o debate com o governo e os acordos fechados pela categoria. “Atuamos sem nos adequar, sem nos curvar, sem ficar só lamentando a crise existente. O PPE é uma



ofensiva anti-crise, a fim de que ela seja o mais curta possível. Estamos trabalhando para achar caminhos.”

Marques lembrou que o acordo foi fechado em muitos casos com a categoria em greve. “Foi preciso muita luta para aprovar os acordos.”

Para o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos automotores (Anfavea), Luiz Moan, o programa demonstra maturidade na relação entre capital e trabalho.

“O PPE é um instrumento perfeito, porque, em primeiro lugar, não substituiu nenhum outro mecanismo. É um mecanismo adicional de proteção ao emprego. Como segundo critério, ele é pró-ajuste fiscal, porque ajuda os cofres do governo a despender menos recursos. Em terceiro lugar, é instrumento para quem acredita no Brasil. É um instrumento de transição da crise.”

No fim do encontro, Rosseto conversou com jornalistas sobre as discussões relativas ao aperfeiçoamento previdenciário.

“Parece que o grande ponto de partida já foi aprovado pelo Congresso Nacional, que é a forma combinando tempo de contribuição com idade, a forma 85/95. Temos de assegurar o processo gradativo dessa forma, tendo em vista o aumento da idade do povo brasileiro. Temos outros temas envolvendo idade mínima e pensões. São temas importantes para que possamos garantir sustentabilidade”, concluiu o ministro.

Fonte: Portal EBC

Banco é condenado por exigir que dirigente sindical renunciasse

A Justiça do Trabalho condenou o Banco Bradesco S/A a indenizar um bancário da Agência de Barra Mansa (RJ) por condicionar sua promoção à renúncia do cargo que exercia no sindicato da categoria. A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que teve como relator o desembargador convocado do TRT-ES, Cláudio Armando Couce de Menezes, rejeitou agravo do banco por entender configurada conduta antissindical, pois, além de prejudicar o bancário profissionalmente, violou o direito à livre associação sindical, garantido no artigo 8º da Constituição Federal.

O bancário foi admitido como escriturário em 1989 e, em 1992, foi promovido a caixa, função exercida nos últimos 20 anos. Em 2007, o setor de recursos humanos deu parecer favorável a sua promoção, ressaltando que sempre teve ótima conduta pessoal e profissional e comprometimento com as atribuições do cargo. Todavia, segundo ele, seu superior propôs que renunciasse ao cargo de dirigente sindical para somente depois pretender qualquer promoção no banco.

O juízo da Vara do Trabalho de Barra Mansa, diante das provas e depoimentos que confirmaram as alegações do bancário, condenou o Bradesco a pagar indenização equivalente a cem salários mínimos. O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) manteve a sentença.

Fonte: Jusbrasil



TRT-SC atinge novo recorde na Semana da Conciliação

A Justiça do Trabalho Catarinense já garantiu o pagamento de R\$ 17 milhões em dívidas trabalhistas com os acordos obtidos nos três primeiros dias da 10ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário, superando o recorde de 2013, quando foram negociados cerca de R\$ 10 milhões. O total arrecadado é quase o dobro do valor obtido durante os cinco dias do evento no ano passado (R\$ 8,8 milhões). Até o momento, foram realizadas 627 audiências e homologados 227 acordos em todo o estado.

A grande recordista foi a 2ª Vara de Florianópolis, que arrecadou pouco mais de R\$ 15 milhões em apenas dois dias de audiências, com 46 acordos envolvendo uma empresa multinacional do ramo de telecomunicações. A unidade foi designada pela Presidência do TRT-SC para atuar não somente em processos da empresa que tramitavam na Vara, mas também em ações de outras unidades da capital e demais jurisdições, como Blumenau, Joinville, Mafra e Tubarão. A iniciativa partiu da própria reclamada, que é uma das maiores litigantes da Justiça do Trabalho catarinense.

As audiências foram conduzidas pelo juiz Válder Túlio Amado Ribeiro, que utiliza uma dinâmica própria para facilitar e acelerar a conciliação. Além de realizar audiências simultâneas, com duas mesas e dois assistentes, ele procura tornar o ambiente mais humanizado, enfrentando a resistência das partes com bom humor. “Eu desmitifico a figura do juiz, que

normalmente é distante das partes. Procuo me aproximar mais das pessoas e busco a vontade delas em realizar o acordo”, explica o magistrado, que até o final da semana quer homologar um total de 150 acordos.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)